

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

As universidades têm vindo a exigir ao Governo, desde o final do ano passado, a transferência para os seus orçamentos de 30 milhões de euros adicionais, indevidamente subtraídos pelo Ministério da Educação e Ciência, em sede de Orçamento do Estado para 2014, por não ter tido em conta o real impacto da nova redução remuneratória nos salários dos trabalhadores (docentes e não docentes) das instituições de ensino superior.

Depois de vários meses de impasse, o Ministro da Educação e Ciência acabou por anunciar a devolução às universidades dos 30 milhões indevidamente subtraídos, a qual, contudo, ainda não ocorreu.

Entretanto, de acordo com informação chegada ao Grupo Parlamentar do PCP, o Governo terá a intenção de devolver às universidades apenas uma parte dos 30 milhões de euros.

A estes 30 milhões de euros, acrescem ainda 55 milhões de euros de reforço orçamental das universidades decorrente do acórdão do Tribunal Constitucional, do passado dia 30 de maio, que declarou inconstitucional a redução remuneratória imposta aos funcionários públicos pelo Orçamento do Estado para 2014.

O estrangulamento financeiro a que têm sido submetidas as instituições de ensino superior, com especial incidência nos últimos 3 anos, tem provocado uma deterioração da qualidade de ensino e da investigação, assim como a degradação das condições e direitos laborais. Coloca ainda sobre os estudantes, cada vez mais, a responsabilidade de financiar e suportar o Ensino Superior Público, retirando esse papel ao Estado que o deveria assumir integralmente de acordo com a Constituição da República Portuguesa.

Assim, com base nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministro da Educação e Ciência, o seguinte:

1. Reconhece o Governo que a sua política de estrangulamento financeiro coloca em causa o

normal funcionamento das instituições de ensino superior, impedindo-as de cumprir cabalmente a sua missão?

2. Irá o Governo devolver às universidades a totalidade dos 30 milhões de euros, indevidamente subtraídos aos seus orçamentos pelo Ministério da Educação e Ciência, em sede de Orçamento do Estado para 2014? Quando será feita essa devolução? Será feita de forma integral ou em parcelas?
3. Quando irá ser feito o reforço das dotações orçamentais das universidades, decorrente do acórdão do Tribunal Constitucional, do passado dia 30 de maio, que declarou inconstitucional a redução remuneratória imposta aos funcionários públicos pelo Orçamento do Estado para 2014, e que é avaliado pelos reitores em 55 milhões de euros?

Palácio de São Bento, terça-feira, 15 de Julho de 2014

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

RITA RATO(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)